

# ADMINISTRADORES POLÍTICOS ENQUANTO CLASSE: UM PROJETO DE PESQUISA

FABRÍCIO SANTOS MOREIRA\*

**E**M PRIMEIRO LUGAR cabe alertar o leitor sobre dois aspectos centrais relativos à forma e ao campo teórico em que se insere este trabalho, antes mesmo de aprofundar a temática de administração política propriamente dita. Quanto à forma, não nos prendemos à forma acadêmica de redigir pois o estilo acadêmico sob o manto da neutralidade científica vem se constituindo como uma das mais poderosas formas de ideologia. Diferentemente disso buscamos construir mais um diálogo com o leitor do que a afirmação acadêmica de um conjunto de idéias. Pretendemos uma escrita mais livre ainda que não menos objetiva e, esperamos, o mais coerente possível com a realidade.

Quanto ao campo teórico, partimos do materialismo histórico como fundamento, logo, reconhecendo a centralidade da luta de classe e a materialidade das relações sociais de produção como fundamentos não só da própria produção teórica, mas da construção da realidade em si. Sabemos das inúmeras resistências enfrentadas por reivindicar esse campo do saber, uma vez que o tão prolapado discurso do fim da luta de classes e da não-centralidade do trabalho é hoje mais do que nunca hegemônica dentro da academia em geral. Ainda assim, entendemos que este não é um acontecimento recente, pois o caráter classista das instituições no capitalismo — a Universidade não escapa a este aspecto — é um fenômeno histórico e não um episódio recente. Já no fim da década de 60, Tronti colocava

---

\* Graduando em Administração na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa sobre Administração Política, coordenado pelo prof. Reginaldo Souza Santos. Militante do movimento estudantil e membro da Comuna <[www.universidadepopular.blogspot.com](http://www.universidadepopular.blogspot.com)>.

uma questão ainda hoje extremamente atual: “Mas já sabeis que qualquer intelectual que tenha lido mais de dez livros, além daqueles que o obrigaram a comprar na escola, está disposto a considerar Lenine um cão morto, no campo da ciência” (*Operários e Capital*, p. 9).

A contrapartida lógica e histórica disso é que os principais teóricos clássicos marxistas se desenvolveram fora da Universidade. Mas não percam mais tempo neste ponto, pois, aos teóricos que defendem o fim da centralidade do trabalho, respondemos então que tentem viver na sociedade atual sem ele (e sem viver da exploração do trabalho de outrem).

Começemos agora o debate da administração política propriamente dita.

A abordagem com que trataremos o tema, diferente da linha geral da pesquisa liderada pelo professor Reginaldo, não busca apreender a Administração Política enquanto campo do conhecimento. O recorte aqui adotado é outro, no sentido de indagar se existem administradores políticos, pela análise de qual a composição da classe dominante no capitalismo. Vejamos quais foram as etapas e discussões iniciais que nos levaram a esta abordagem.

A abordagem marxista mais difundida entende a composição de classe dominante habitualmente pela concorrência intercapitalista das diferentes frações do capital (agrário, industrial, financeiro, comercial ou diversas outras maneiras de categorizá-los). A classe dominante é entendida como os proprietários das inúmeras frações do capital de cada um destes setores, seja na concorrência de mercado pulverizada seja no capital monopolista, e o antagonismo de classe é posto entre os interesses destes e o da classe trabalhadora.

Todavia é errôneo entender a composição da classe dominante generalizando-a como meros apropriadores inativos de mais-valia, como se os trabalhadores se auto-explorassem espontaneamente em seu cotidiano. Os proprietários do capital exerceram ativamente (ao menos nos primórdios do capitalismo) o papel de organizadores dos processos de trabalhos e das atividades referentes à venda de seus produtos para realização da mais-valia produzida, ou seja, atuando diretamente para vencer a concorrência intercapitalista em seus empreendimentos.

Por outro lado, o avanço e complexificação da divisão social do trabalho dentro da estrutura produtiva foi produzindo um tipo de trabalhador qualificado que progressivamente assumiu as funções em cada empre-

endimento no tocante à organização do processo de trabalho para produção de mais-valia, e da realização no mercado dessa mais-valia buscando vencer a concorrência intercapitalista.

Esses trabalhadores qualificados que historicamente substituíram funções de organização da exploração no lugar da burguesia são objeto de inúmeras controvérsias. São apenas trabalhadores qualificados e muito bem remunerados? Tornaram-se classe dominante? Seus interesses são iguais aos dos proprietários do capital? Estes se tornaram proprietários do capital? Mudaram a forma e o caráter da propriedade? Por ora deixemos tais questões em aberto, ressaltando apenas que a divisão social do trabalho provocou mudanças nos papéis, funções e composição da classe dominante.

Apesar de abrir uma outra possibilidade analítica sobre composição de classe, a abordagem anterior ainda apresenta uma limitação, pois continua restrita às transformações na hierarquia interna de cada firma.

A ampliação das possibilidades analíticas necessariamente perpassa pela compreensão de que uma classe para impor a apropriação do excedente social precisa determinar inúmeros aspectos da sociedade e da estrutura econômica, que são muito mais amplos do que a estrutura interna de cada unidade produtiva.<sup>1</sup>

Parte da infra-estrutura econômico-política (transporte, comunicação, legislação, articulação entre empresas de diversos ramos, ordenamento dos grandes fluxos de capital, etc.) e ideológica (educação, cultura, religião, etc.), necessárias para o funcionamento das empresas, mas que não são responsabilidade do empresário individual ou acionista (por maior que seja seu volume de recursos), são essenciais para a existência do próprio capitalismo e estratégicas que ocorram de acordo com os ditames da classe dominante. Em suma: o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, para concretizar seu crescimento e articulação do capital a nível econômico demanda, formas de planejamento e organização tanto da infra-estrutura quanto a nível superestrutural jurídico-político, que por sua vez também influencia a divisão social do trabalho em geral.

Isto posto, levantamos como uma segunda possibilidade para a compreensão da composição da classe dominante, que uma fração de capitalistas se dedica a essas tarefas, gerindo o conjunto de relações sociais necessárias para que a exploração de cada unidade produtiva continue ocorrendo.

---

<sup>1</sup> Unidade produtiva, aqui entendida como cada organização onde o trabalho é explorado para produção de mais-valia, são as empresas de forma geral.

Assim, num primeiro momento da pesquisa defendemos que a Administração Política pode ser entendida como a análise da composição da classe dominante. Tal análise deve partir do desenvolvimento histórico da divisão social do trabalho que a classe dominante busca impor a toda sociedade. Como os exploradores não são meros apropriadores inativos e os explorados não são passivos, são as necessidades concretas impostas pela luta de classe (e não apenas o automovimento do capital) que determinam as formas organizativas a própria classe dominante.

Entendemos que este conjunto são hipóteses provisórias, e num certo sentido ainda bastante precárias. Para que a pesquisa pudesse continuar avançando, fez-se necessário rever de certos conceitos básicos, como trabalho, classe, divisão social do trabalho e propriedade, com o intuito de averiguar em que medida o arcabouço conceitual marxista pode ser útil na compreensão dessas possíveis clivagens na composição de classe dominante.

### **Releitura de conceitos marxistas**

Para esta etapa foi empreendida uma revisão de literatura com um enfoque em determinadas obras de Marx e Engels. Iniciemos com a questão do trabalho — conceito central objeto de inúmeras controvérsias — ressaltando seu caráter histórico e ontológico.

Para compreender o ser humano e as relações sociais de produção podemos partir de numerosos aspectos, todavia se quisermos nos manter presos a realidade concreta e não aos conceitos e ideologias previamente definidos, precisamos iniciar com a análise de como, concretamente em cada momento histórico, a humanidade produz sua própria vida material.

É necessário ressaltar com ênfase especial que o trabalho não é somente como mulheres e homens se relacionam com suas ferramentas, tecnologias e natureza, mas sobretudo como se relacionam uns com os outros na produção. O trabalho é a maneira como a humanidade produz sua própria vida.

Todavia o trabalho não existe como conceito abstrato, existe em condições materiais concretas, em relações sociais determinadas e historicamente construídas. Além disso, o trabalho é um fenômeno sempre social, coletivo. Desde os primórdios da humanidade, do neolítico aos dias atuais, o ser humano é gregário, social, e só neste contexto adquire a capacidade de trabalhar, os conhecimentos, ferramentas e condições materiais.

O trabalho para se concretizar em produção material da vida, além da ação coletiva dos seres humanos, necessita de recursos materiais e dos meios

de produção, logo, o conjunto desses elementos conforma as forças produtivas de cada momento histórico, as forças produtivas que concretizam determinado modo de produção, lhe dão vida concreta. Quanto mais as forças produtivas se desenvolvem, maior o controle do trabalho humano sobre a natureza, e conseqüentemente, maior será o peso das relações sociais de produção no desenvolvimento ou destruição da própria materialidade.

O trabalho é o elemento decisivo nas forças produtivas, já que tanto os meios de produção como o conhecimento e extensão qualitativa/quantitativa são determinados pelo próprio trabalho humano (os meios de produção não trabalham sozinhos, e mesmo no período caçador/coletor as frutas não iam às bandejas sozinhas nem os animais se entregavam ao abate).

A questão central para compreensão das forças produtivas é que sua análise real só é possível a partir do quadro das relações sociais de produção, ou seja, como a sociedade se organiza em determinado momento histórico para utilizar as forças produtivas disponíveis e realizar a distribuição do excedente. Em suma, como se dá a Divisão Social do Trabalho.

Nas sociedades divididas em classes o centro do problema é que uma parcela da sociedade trabalha, produz a realidade material, e outra parcela da população se apropria desse trabalho, do excedente material, e organiza todos os espaços sociais para perpetuar essa posição de poder. Ora, essa exploração de uma classe por outra reside exatamente na capacidade de determinar a divisão social de trabalho, ditando quem trabalha, como trabalha, com acesso a quais recursos, em quais condições e conseqüentemente como será distribuído o excedente. Mais do que a questão econômica estrita, o trabalho é central pois significa o modo como se constitui a própria vida.

Ainda que esses trabalhadores não sejam utilizados diretamente na produção do excedente para a classe dominante, os que estão excluídos deste processo de exploração direta não tocam no processo de trabalho sofredores as conseqüências de serem improdutivos para o capital, mas ao mesmo tempo tem suas formas de produção da própria vida determinadas por estes, pois mesmo fora do mercado de trabalho continua a imperar a propriedade privada dos meios de produção e toda a estrutura jurídico-político-ideológica dominante, impedindo possibilidades autônomas de trabalho nos marcos do capital.

A forma jurídica da propriedade dos meios de produção é apenas o reflexo da realidade material na superestrutura jurídico-política de determinada sociedade em determinado momento histórico. É a legitimação de

determinada divisão social do trabalho, que por sua voz dita o uso das forças produtivas de determinada coletividade.

Os diferentes estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diversas da propriedade, ou dito de outro modo, cada nova fase da divisão do trabalho determinada igualmente as relações entre os indivíduos no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto (*A ideologia alemã*, p. 46).

Portanto, a Divisão Social do Trabalho é que dita o desenvolvimento histórico das forças produtivas da produção da vida material de determinada sociedade. A divisão social do trabalho por sua vez é determinada em nível das relações sociais de produção e a dinâmica central das relações sociais de produção é a luta de classes, a luta entre quem trabalha e quem se apropria, em suma, quem irá ditar as regras da produção social.

Logo, as forças produtivas não são neutras, a propriedade dos meios de produção é reflexo da divisão social do trabalho, as classes em conflito devido às relações sociais de produção desiguais lutam para reordenar a categoria central, o trabalho, lutam pelo controle das forças produtivas.<sup>2</sup>

Com isso não se pretende negar o postulado básico de Marx, que o desenvolvimento das forças produtivas leva ao rompimento das relações sociais de produção. Mas sim ressaltar a luta de classes como eixo definidor do processo, o que em alguns momentos aparece de forma secundária na própria obra marxiana, o que irá permitir que em interpretações posteriores se considere como “neutra” a constituição das forças produtivas.

Tomemos como exemplo a seguinte transição: a origem e ascensão da burguesia no feudalismo e sua constituição enquanto classe dominante. Foi o desenvolvimento das forças produtivas no próprio feudalismo que levou ao surgimento da burguesia. Consideremos, por exemplo, o aumento da produtividade agrícola com a rotação de culturas e o incentivo do comércio após as Cruzadas, a partir do momento em que a burguesia começa a despontar enquanto classe começa a influenciar decisivamente na organização do trabalho para construir sua própria hegemonia, e é a sua

---

<sup>2</sup> Cabe salientar que a luta entre as classes não se resume à disputa do controle. De fato, só chegamos aí em momentos decisivos, revolucionários. A maior parte das lutas dos trabalhadores é **contra** as forças produtivas. Começando com as “greves selvagens” e continuando hoje na briga contra modelos de gestão e na redução da carga horária ou do aumento salarial.

luta contra o sistema feudal que passa a ditar as mudanças nas forças produtivas.

Assim, ampliam-se o número de artesãos, a burguesia se coloca como intermediária da matéria-prima e da venda do produto final, depois os artesãos são organizados (com o uso da coerção, e com inúmeras resistências) no mesmo local pela burguesia, que a partir daí vai progressivamente adquirindo controle sobre o processo de trabalho, sendo esta a base material do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, que veio da determinação da luta de classes quanto às relações sociais de produção sobre a divisão social do trabalho, em que a burguesia progressivamente impôs as classes anteriores uma outra divisão social do trabalho distinta da base feudal, portanto, sobre a organização das forças produtivas.

O mesmo sucede com o capitalismo, o rompimento com as relações sociais de produção burguesas pelo desenvolvimento das forças produtivas por este gestadas, se dá com a constituição dos trabalhadores assalariados, e atualmente com peso significativo dos informais e dos expulsos do mercado de trabalho. Para avançar dentro do capitalismo rumo a um processo revolucionário, os explorados precisam disputar o domínio sobre as forças produtivas. Nenhuma classe se constitui enquanto dominante se não calcar seu poder no controle das forças produtivas.

Com isso queremos demonstrar que efetivamente as forças produtivas se desenvolvem a um ponto em que questionam as relações sociais de produção, mas, ao mesmo tempo, quanto maior a capacidade de produção do excedente social maior o peso do trabalho na composição das forças produtivas, portanto maior o peso da divisão do trabalho e da determinação da luta de classe sobre as próprias forças produtivas.

A relação entre trabalho e hegemonia surge desse panorama. A hegemonia da classe compreende a capacidade de coagir e convencer, dirigir e dominar, manter os limites da ordem trazendo as classes oprimidas para dentro do projeto das classes dominantes. Inúmeros fatores levam à construção da hegemonia, sendo o trabalho o principal deles.

Com isso queremos deixar bem claro que apenas o *controle do trabalho* não garante a *hegemonia de determinada classe*, mas é elemento fundamental, e sem ele não é possível construir/articular os outros elementos para concretização de uma determinada hegemonia.

Até o presente momento na história da humanidade, observamos que as mudanças no modo de produção de sociedades fundadas no antagonismo

de classes, os processos revolucionários, operaram mudanças na classe dominante mas não o fim da sociedade de classes. Pois até o presente momento os trabalhadores não construíram o domínio sobre o processo de trabalho, mesmo quando conseguiram romper com a classe dominante anterior.

O debate marxista sobre os conceitos de trabalho, forças produtivas, relações sociais de produção, divisão social do trabalho, luta de classes e hegemonia nos é útil para análise de qualquer momento histórico no qual a sociedade está fundamentada no antagonismo de classe. Todavia esse trabalho pretende centrar especificamente na sociedade capitalista.

Ainda dentro do campo teórico marxista, existe uma divisão relativa na fundamentação teórica exposta acima. Uma vertente que compreende a não-neutralidade das forças produtivas, sendo estas determinadas pela luta de classes e que qualquer proposta contra-hegemônica necessita do controle do próprio trabalhador sobre as forças produtivas (sob pena de criar outra classe dominante), a a este campo chamamos para fins didáticos de *Marxismo Heterodoxo*. O campo ortodoxo considera neutras as forças produtivas, concentra-se na destruição das formas de propriedade sem questionar a divisão social do trabalho, não prima pelo controle do próprio trabalhador, deslocando este controle para o Estado da Ditadura do Proletariado e o Partido Revolucionário, onde estes reordenariam toda a produção e fariam a distribuição equitativa das tarefas e do excedente social.<sup>3</sup>

Essa cisão entre os ortodoxos e os heterodoxos relativo às forças produtivas, conduz a leituras distintas sobre as crises e reestruturações do capital, assim como do desenvolvimento da luta de classes. Esses elementos vão levar a formas antagônicas de se compreender não apenas a organização do trabalho, mas a própria forma como se organizam os trabalhadores para enfrentamento com o capital. Distintas concepções sobre o trabalho, sobre as forças produtivas, necessariamente levam a distintas concepções sobre hegemonia e contra-hegemonia de classe.

Ainda que exposto nas páginas anteriores, cumpre ressaltar que este trabalho filia-se ao *Marxismo Heterodoxo*.

### **Primeiras sínteses sobre composição de classe**

A partir dessa breve revisão de elementos básicos do marxismo é que iniciamos o debate sobre composição de classe.

---

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre *Marxismo Ortodoxo e Heterodoxo*, ver *Economia dos Conflitos Sociais*, de João Bernardo, e *Marxismo Heterodoxo*, de Mauricio Tragtenberg.

Comumente definimos em cada momento histórico quais são as classes dominantes a partir das formas de propriedade que estas detêm. Todavia vimos que a propriedade significa a capacidade de uma classe dominante impor uma determinada forma de trabalho ao conjunto da sociedade.

corresponde exatamente à definição que deram os economistas modernos, pela qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho de outrem (*A ideologia alemã*, p. 61).

O Estado e o Direito surgem como superestruturas fundamentais para manutenção deste *statu quo*. Todavia é um erro analisar a composição de classe pelas formas jurídicas de propriedade, pois esta ainda é uma construção da consciência humana que apreende os aspectos da realidade material, mas não é a realidade em si. Para uma correta compreensão do que é propriedade devemos retornar a sua origem histórica concreta, que é a capacidade de uma classe dominante de impor uma determinada divisão social do trabalho ao conjunto da sociedade, de modo que se aproprie do excedente material, não trabalhar e se apropriar do trabalho dos outros.

Por isso, que aos trabalhadores pouca importa a distinção se está sendo explorado pelo capital financeiro, industrial, comercial, agrário, etc. Não importa também se seu trabalho é produtivo ou improdutivo, pois a realidade material de um “caixa de supermercado” que trabalha cinqüenta horas por semana e recebe menos que um salário mínimo é tão classe explorada quanto o “operário industrial tradicional”, ou talvez, até mais do que este. Pois ainda que o trabalho do “caixa do supermercado” não seja gerador de mais-valia, é socialmente necessário para perpetuação da exploração de uma classe sobre outra.

Neste momento é preciso esclarecer algo importante: o trabalho que produz as condições materiais de existência, que compõe as forças produtivas e gera a riqueza social é desenvolvido pela classe explorada, pois é esta que interage com os recursos naturais, os meios de produção e com os próprios trabalhadores, para gerar os produtos e serviços consumidos por toda a sociedade, e no capitalismo as forças produtivas são direcionadas para a produção de mercadorias, e não dos bens que as pessoas efetivamente necessitam. A classe explorada realiza o trabalho produtivo.

Todavia, a classe dominante, que vive do capital, não é mera apropriadora inativa de mais-valia. Precisa atuar constantemente, quotidianamente

na sociedade para garantir sua posição de poder. Seu trabalho é completamente improdutivo, não gera valores-de-uso para a sociedade, mas existe uma “divisão social do trabalho improdutivo para perpetuar a dominação”. Este prisma infelizmente foi pouco analisado pelo marxismo ao compreender a divisão social do trabalho. Há amplos e ricos estudos sobre como o capital divide os trabalhadores na sociedade para se perpetuar no poder, mas há poucas análises de como os próprios capitalistas se inserem na divisão social do trabalho, não só como apropriadores inativos da mais-valia, mas lutando contra os trabalhadores em cada unidade econômica (empresa) e também nas esferas gerais de organização da produção (que ultrapassam o âmbito de ação do capitalista individual). Ambos os níveis de trabalho, em cada empreendimento ou nas condições gerais de produção, visam obter a hegemonia sobre o trabalho, a determinação sobre as forças produtivas.

Assim como a divisão social do trabalho capitalista realizou a organização da produção do artesanato a maquinofatura, criou as diversas especializações funcionais entre os trabalhadores, amplificou a divisão entre trabalho manual e intelectual, enfim, dividiu a classe trabalhadora de acordo com as necessidades hegemônicas e do processo produtivo, esta mesma divisão social do trabalho capitalista realizou uma divisão social entre os próprios capitalistas, e para nós é exatamente essa divisão o objeto de estudo da Administração Política.

O fio condutor dessa análise, ou seja, como identificar se determinado grupo<sup>4</sup> é fração de classe dominante ou não está calcado na discussão de propriedade em seu caráter infra-estrutural, ou seja, se há por parte do grupo a capacidade de dispor da força de trabalho de outrem. A partir disso, podemos retomar as primeiras hipóteses levantadas para compreensão da composição de classe.

No início deste trabalho afirmamos que uma mudança na composição de classe deriva do desenvolvimento da divisão social do trabalho em cada unidade produtiva, na qual um extrato mais qualificado de trabalhadores passaram a controlar o processo em cada unidade de produção no lugar da burguesia, passando esta a ser fornecedora de recursos financeiros. É necessário analisar no desenvolvimento histórico se neste processo estes

---

4 Utilizamos a palavra “grupo” por falta de um termo melhor. Pois neste momento a pesquisa ainda não tem condições de identificar se são fração de classe dominante ou trabalhadores improdutivos com alta remuneração pelo seu lugar no controle do processo de trabalho.

trabalhadores qualificados, que aqui chamaremos de gerentes, passaram a ter a capacidade de dispor da força de trabalho de outrem.

A segunda diferenciação na composição de classe que foi levantada como hipótese, entende que para impor uma determinada divisão social de trabalho a toda sociedade, existe um conjunto de funções e requisitos que são muito mais amplos que cada unidade de produção em si (formação e educação das novas gerações de trabalhadores, impedir que estes tenham outras formas de sustentabilidade que não seja o mercado, produção de tecnologia, articulação entre as próprias empresas, etc.). Da mesma forma, é necessário analisar no processo histórico concreto se ao exercer essas atividades os diferentes grupos sociais passaram a dispor do controle da força de trabalho, caracterizando-os como classe dominante.

### **Pesquisa bibliográfica**

A etapa seguinte após a consolidação deste quadro teórico básico, e provisório, foi buscar na literatura existente outros autores que de alguma forma analisaram a composição da classe dominante a partir dos termos colocados acima, pois não nos iludimos que somos os “primeiros na humanidade” a pensar desta forma.<sup>5</sup>

Durante a pesquisa encontramos um conjunto de autores que de diferentes formas dialogam com a proposta dessa pesquisa, e entre os mais significativos estão Maurício Tragtenberg, João Bernardo e Jan Wacław Makhayski. A publicação deste trabalho na revista apresenta óbvias limitações relativas à extensão do texto, de forma que a correta apreciação da obra desses autores na perspectiva da Administração Política é um trabalho que esperamos poder socializar em outro número desta revista ou em outras ocasiões. Neste texto apresentaremos apenas um breve resumo da abordagem, citaremos os principais debates de cada autor, além da bibliografia que já foi percorrida relativa a cada um deles.

---

5 Houve uma dificuldade inicial de encontrar referências teóricas que dialoguem nessa perspectiva. Após ter identificado os autores-chaves, surgiu uma segunda dificuldade que momentaneamente foi uma surpresa: a escassez de obras nas próprias bibliotecas universitárias, não só da UFBA. Depois o “susto passou”, pois se mesmo os clássicos marxistas são pouco discutidos na academia e as bibliotecas não dispõem de suas obras completas, mais difícil ainda seria encontrar nas bibliotecas públicas obras de autores do campo Marxista Heterodoxo. A pesquisa bibliográfica começou a correr em bibliotecas populares, em organizações como o Ceas, sites como Biblioteca Virtual Revolucionária <<http://www.geocities.com/autonomiabvr/>> e principalmente, a solidariedade de companheiros de militância, no empréstimo de obras raras, pesquisa em sebos e envio de fotocópias de obras por correio. Fica aqui registrado meu agradecimento.

*João Bernardo*

Partindo da centralidade da luta de classe, analisa as diversas formas e conseqüências das lutas dos trabalhadores, concebendo o capitalismo como desde o início um sistema econômico globalizado. Reinvidica elementos básicos do marxismo como materialismo histórico, luta de classe e teoria do valor, apresenta discordâncias com certos aspectos centrais da obra *O Capital*, a exemplo dos esquemas de reprodução e da produção de trabalhadores.

Entendemos que sua maior contribuição para compreensão da composição de classe dominante é a análise histórica tanto dos mecanismos de integração econômica quanto das formas de luta dos trabalhadores. Analisa que o capitalismo para se expandir articula simultaneamente a mais-valia absoluta e relativa, todavia é na mais-valia relativa que se apresentam os mecanismos de assimilação das lutas dos trabalhadores, mecanismo fulcral do crescimento do capitalismo. O desenvolvimento da mais-valia relativa exige mecanismos cada vez mais integrados de organização econômica, e os capitalistas que se encontram nestas posições vão historicamente adquirindo mais poder ante os que permanecem nas atividades menos integradas, como, por exemplo, cada empresa individualmente considerada. Dos mecanismos de integração se desenvolve uma outra classe, os gestores, tão capitalistas quanto a burguesia, pois vivem da exploração do trabalhador, vão consolidando seu poder através da mudança das formas de propriedade, onde o mito da não-propriedade oculta uma propriedade coletiva, que progressivamente passa a ter existência jurídica.

Um segundo mecanismo da análise da composição de classe, quanto a origem dos gestores, vem da análise das formas de luta adotadas pelos próprios trabalhadores, apontando que historicamente dos próprios trabalhadores surge uma nova classe opressora, que se integra ao capital também enquanto gestores. Assim os gestores surgem enquanto fração dos capitalistas, tanto pelos mecanismos de integração econômica (que o autor chama de Condições Gerais de Produção), quanto por novos opressores vindo dos próprios trabalhadores.

Suas principais contribuições teóricas abarcam a centralidade da luta de classe na compreensão de qualquer processo histórico, as formas de articulação da mais-valia absoluta e relativa, localiza historicamente e analisa as Condições Gerais de Produção e Unidades Particulares de Produção.

Sobre o Estado diferencia-o em Estado Amplo e Estado Restrito, além, é claro, da separação entre classe burguesa e classe gestora.

Para fins desta pesquisa, as obras do autor analisadas até o momento foram *Economia dos Conflitos Sociais*, *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores*, *Democracia Totalitária: Teoria e Prática de uma Empresa Soberana*, *Capital, Sindicato e Gestores*, e diversos artigos.<sup>6</sup>

### Maurício Tragtenberg<sup>7</sup>

Tomamos como referência para esta síntese o que consideramos as duas principais obras do autor: *Burocracia e Ideologia* e *Administração, Poder e Ideologia*. Na primeira, para investigar a origem da Administração o autor retorna ao modo de produção asiático, analisando Mesopotâmia, Egito, China entre outros, demonstra que o desenvolvimento das forças produtivas, das necessidades concretas de organização da força de trabalho para obras estruturais de grande porte, sendo a irrigação e agricultura as principais, demandou que progressivamente uma parte dos “funcionários da corte” dos impérios, fosse progressivamente se especializando nas atividades de organização da força de trabalho, das finanças públicas, contabilidade nacional, estatística, etc.

Progressivamente este corpo social (burocracia) que surge como mediação para organização de processos concretos de exploração entre a elite dominante e o conjunto dos trabalhadores, vai ampliando seu esse processo Tragtenberg aponta que a burocracia começa a se afirmar como um poder estatal próprio, em alguns casos também limitando e regulando o poder do imperador e sua corte, ampliando a quota do excedente social que é apropriado pela própria burocracia, regulando e coagindo as outras frações de classe como as corporações profissionais e comerciantes.

---

6 O autor apresenta vasta produção teórica, todavia as bibliotecas públicas dispõem apenas de duas das obras citadas acima. Pelas estratégias explicadas anteriormente conseguimos uma copia das outras. Já mapeamos onde encontrar a totalidade sua produção, e atualmente estamos prospectando a viabilidade econômica de adquirir seus livros.

7 Este pensador brasileiro sobre a Administração, crítico heterodoxo, marginalizado duplamente: tanto pelas correntes marxistas ortodoxas quanto obviamente pelo *statu quo* acadêmico. Infelizmente o resgate de seu pensamento da Universidade continua ocorrendo de forma pontual ou focada em grupos de pesquisa específicos, que por sua criticidade são colocadas à margem dos mecanismos de reconhecimento, legitimidade e financiamento universitários. Enquanto isso, progressivas gerações de estudantes de administração continuam sendo afogados na ideologia dos manuais em administração. Seu conjunto teórico é ignorado ou recusado nas linhas de pesquisa, e nem mesmo as bibliotecas dos principais cursos do país possuem suas obras completas. Este é um dos aspectos do caráter classista da nossa formação, mas deixemos este tipo de crítica ao largo, não é o objeto deste artigo.

À medida que demonstra este processo histórico, Tragtenberg também analisa as ferramentas de manutenção no poder pela própria burocracia, como auto-seleção, meritocracia, hierarquia, impessoalidade, comunicação unidirecional, etc. Aponta também as relações da burocracia com a corte, sacerdotes, comerciantes, artesãos e os trabalhadores em geral.

Nesta e em outras obras, do modo de produção asiático Tragtenberg passa à análise do modo de produção capitalista, focando nas ideologias administrativas que buscam legitimar e ao mesmo tempo desenvolver o papel da burocracia empresarial no capitalismo, sua confluência e “unificação” com a burocracia estatal, as mudanças nas relações de poder deste com os proprietários do capital (acionistas), de modo que a burocracia passa a ter não apenas poder superior ao trabalhador qualificado, mas também seus mecanismos de remuneração se diferenciam do trabalhador comum, de modo que este passa a se apropriar também de parte da mais-valia extraída. Assim, no capitalismo as mudanças dentro das próprias corporações e ampliação de seu poder político apontam, no entender dessa pesquisa, mudanças na composição da classe dominante.

Mas não é apenas na análise do capitalismo que Tragtenberg discute a composição de classe e o papel da burocracia, pois os países da esfera socialista não escapam de seus estudos. Assim, no capítulo final de *Burocracia e Ideologia* ele demonstra que o papel exercido pelo Partido Bolchevique na União Soviética e a forma de organização da economia apontam que de dentro dos próprios trabalhadores emerge uma nova burocracia, que apesar de suas especificidades de trajetória histórica, na estrutura de classes guarda imensa semelhança com a burocracia corporativa dos EUA. Assim, demonstra entre outras coisas, os momentos em que Trótzky coloca uma concepção de Partido que é exatamente a concepção de Estado de Hegel, ou então quando em plena Guerra Fria os tecnocratas soviéticos reivindicam abertamente os modelos de gestão do trabalho vigente nos Estados Unidos.

Suas principais contribuições teóricas estão relacionadas à análise da estrutura de classes no modo de produção asiático, origem e desenvolvimento histórico da burocracia, papel dos gerentes, corporações, administração enquanto ideologia, capitalismo de Estado, assimilação pacificadora das demandas dos trabalhadores no quadro da hegemonia capitalista, como co-gestão e participação, e por fim, como burocracia também se origina dos próprios instrumentos de luta criados pelos trabalhadores.

Para os fins desta pesquisa, as obras deste autor analisadas até o momento foram: *Burocracia e Ideologia*, *Administração, Poder e Ideologia*, *Escritos sobre Educação, Política e Sindicalism*, *Marxismo Heterodoxo* e artigos diversos.

*Jan Waclav Makhayski*

Autor polonês, viveu entre 1866 e 1926 em diversos países da Europa, sendo preso e/ou exilado diversas vezes em virtude da sua militância. Quando eclode a Revolução Russa de 1917 abandona suas atividades e imediatamente viaja para o centro das lutas revolucionárias, onde permanece até a morte. Dificilmente sua obra pode ser enquadrada nos campos formalmente aceitos do marxismo e anarquismo, pois na sua maior parte e na militância foi um crítico ferrenho de ambos. Tem como campo privilegiado de reflexão a Rússia entre o final do século XIX e início do século XX. Sua principal contribuição no que tange à composição de classe é uma reflexão profunda sobre o papel dos “trabalhadores intelectuais”, que a seu ver, além de serem improdutivos, utilizam seus conhecimentos para ampliar o grau de exploração e a produtividade sobre o conjunto dos trabalhadores, mas disputando com a burguesia a distribuição da mais-valia globalmente extraída.

O conjunto de textos que dispomos deste autor fazem parte de uma coletânea organizada e comentada por Maurício Tragtenberg, intitulada *Marxismo Heterodoxo*. Como breve síntese do pensamento do autor, transcrevemos aqui literalmente a apresentação feita pelo próprio Tragtenberg:

[. . .] mesmo não sendo classe possuidora, a intelectualidade (intelligentsia) se aproxima por seu nível de vida à burguesia. A mais-valia extorquida pelos capitalistas não garante somente uma existência parasitária a “um punhado de capitalistas e latifundiários”. Possibilita um nível de vida burguês aos trabalhadores intelectuais que se beneficiam de parte do lucro nacional líquido. Se esta intelligentsia é anticapitalista, ela não deixa de perseguir seus próprios fins, lutando por uma partilha maior para si da mais-valia global. Isso tudo às custas do operário manual que, mediante o aumento da produtividade de seu trabalho, permite que uma camada social (intelligentsia) se exima do trabalho material. . . daí a social-democracia e o bolchevismo — a seus olhos — reduzirem a luta operária à

construção do “socialismo de Estado”, que distribuirá a renda nacional entre os membros da nova burocracia formada pelos “trabalhadores intelectuais” (*Marxismo Heterodoxo*, pp. 77-8).

Sobre as diferenças entre a venda da força de trabalho operária e intelectual, Makhayski nos aponta o seguinte:

É certo que os intelectuais, tanto como os operários manuais, devem vender sua “força de trabalho” para viver, “alugar-se” a um patrão ou a toda a sociedade, ao Estado. Entretanto, o operário vende suas mãos nuas, sua força psíquica, da qual a natureza o dotou; como qualquer animal, ele vende seu suor e seu sangue. O intelectual, enquanto isso, emprega no mercado os conhecimentos que adquiriu graças ao trabalho dos operários, assim como deles adquiriu o capitalista sua fábrica; pois, enquanto ele estudava na universidade ou viajava para “praticar” no exterior, os operários debatiam-se na fábrica, produzindo os meios para aquele ensino e formação “em favor da humanidade”. O intelectual vende aos capitalistas sua habilidade para extrair o melhor possível o suor e o sangue dos operários. Ele vende o diploma que adquiriu graças a essa exploração (*A Conspiração Operária*, in: *Marxismo Heterodoxo*, p. 110).

Em um dos seus textos mais incisivos, intitulado *A Ciência Socialista, Nova Religião dos Intelectuais*, o autor faz feroz crítica à socialdemocracia, ao bolchevismo e a Marx, no sentido de que estes na prática acabam propondo substituir a propriedade individual da burguesia pela propriedade coletiva dos intelectuais, mediante o domínio destes no Estado e a estatização de todos os meios de produção.<sup>8</sup>

Consideramos como central na produção do autor para o debate sobre composição de classe, é que no capitalismo o trabalho intelectual existe contra e ampliando a exploração do trabalho manual, o que implica a possibilidade de organização de parte dos intelectuais para disputar com a burguesia a partilha na mais-valia extraída.

Para os fins desta pesquisa, as obras deste autor analisadas até o mo-

---

<sup>8</sup> O que o torna um dos pensadores mais fascinantes, encontrados na pesquisa bibliográfica, é sua capacidade de antever o conjunto de processos históricos que efetivamente se desenvolveram nos anos seguintes na URSS.

mento foram: *O Socialismo de Estado, A Ciência Socialista: Nova Religião dos Intelectuais, A Conspiração Operária, A Revolução Operária.*<sup>9</sup>

### **A definição de um objeto empírico: os fundos de pensão no Brasil**

Até o momento apresentamos sinteticamente neste texto o resultado dos primeiros doze meses da pesquisa (que encerra a primeira etapa agora em outubro). As possibilidades de análise abertas tanto pela releitura de elementos básicos do marxismo quanto por cada um destes três autores são imensas, e neste momento a continuidade do trabalho poderia se dar de duas maneiras. Uma primeira seria um aprofundamento da pesquisa bibliográfica, buscando identificar que em diversos momentos da história outros autores também se dedicaram a análise da composição da classe dominante. Um trabalho nesse sentido teria o mérito de tentar unificar o pensamento já produzido sobre Administração Política ao longo da história.

Não optamos por este caminho por duas razões. A primeira é relativa à capacidade deste pesquisador, que obviamente é muito aquém da capacidade colossal que a tarefa exige, e levaria muitos anos, todavia esta não é a razão principal.

Adotar esse caminho seria a construção da perspectiva da Administração Política de uma forma idealista, calcada no que outros disseram e pensaram sobre a realidade, repetindo assim de outra forma o erro básico dos idealistas na compreensão da realidade, que é começar pelas idéias dos homens, e não pela história em si.

Isso nos leva necessariamente a adotar uma segunda trajetória para a continuidade desta pesquisa, que é o estudo empírico de determinado fato histórico, para buscar nas relações sociais que as pessoas estabelecem entre si, na luta de classe, a existência ou não da Administração Política, no sentido de composição da classe dominante.

Com isso não queremos de maneira nenhuma desprezar ou ignorar a capacidade intelectual de outros autores nem o peso extremamente significativo de suas análises, muito menos que a pesquisa bibliográfica será abandonada. Todavia, será feita de forma complementar, e sempre sendo confrontada com o estudo empírico.

---

<sup>9</sup> Um sério obstáculo para o desenvolvimento da pesquisa sobre a produção teórica de Makhayski é a grande dificuldade de encontrar suas obras. Sabemos os títulos de seus outros escritos mas não onde encontrá-los. Neste ponto, peço a solidariedade ao leitor que caso conheça ou saiba onde adquirir favor informar ao mais rápido possível.

A delimitação de um objeto empírico de estudo sempre envolve uma quantidade significativa de considerações e análises preliminares. Nas páginas restantes deste artigo buscarei expor as razões principais da escolha dos Fundos de Pensão no Brasil como objeto privilegiado de estudo para a compreensão da Administração Política.

### *Os fundos de pensão no Brasil*

O sistema previdenciário do Brasil é composto pelo regime geral do INSS que atende a generalidade dos trabalhadores, os regimes próprios dos servidores públicos que existem em nível federal, estadual e parte dos municípios, e por fim a previdência complementar que funciona de maneira independente do regime geral e dos servidores públicos, podendo ser constituído apenas pelos trabalhadores ou em colaboração com o empregador. A previdência complementar entre os benefícios mais comuns oferece a aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e pensão por morte.

Dentro da previdência complementar é que atuam os fundos de pensão, que tanto podem ser os abertos, dos quais qualquer trabalhador ou autônomo pode participar, desde que pague sua quota, e os fechados, que são voltados a grupos específicos com vínculos empregatícios ou associativos (sendo estes o foco da pesquisa). A capitalização pode ocorrer com a quotização individual de cada trabalhador, ou também com a colaboração do empregador.

Apesar de formas associativas visando a proteção previdenciária do trabalhador serem um fenômeno bastante antigo, remontando ao século XVI, historicamente a origem da atual estrutura dos fundos de pensão brasileiros data dos anos 70, quando são criados pelo Governo Federal para complementar o INPS, partindo notadamente das empresas estatais para progressivamente ampliar-se para algumas das maiores empresas privadas do país.

Assim, uma primeira constatação é que os fundos de pensão foram criados pelo Estado, geridos por este ou por administradores indicados pelas empresas; inicialmente não foi criado e gerido pelos próprios trabalhadores ou por seus representantes. Sucessivas mudanças ocorrem nos anos 70 e 80, e o grande volume de recursos administrados e portanto o significativo poder financeiro que apresenta nos anos 90 os torna alvo de disputa, tanto dos outros agentes financeiros quanto das lideranças sindicais.

Em paralelo às investidas do assim chamado “mercado”, as lideranças sindicais também passam a demonstrar crescente interesse nos fundos, tentando fazer passar por natural a extensão do seu mandato de representação trabalhista da esfera sindical para a da previdência privada. O processo começa no setor dos bancários e vai se espalhando para outros: petroleiros, eletricitários, telefônicos etc.” (Roberto Grun. *O Nó dos Fundos de Pensão*, p. 7).

É a partir deste momento, quando as lideranças sindicais passam a disputar o controle sobre os fundos de pensão que estes passam a se constituir como objeto desta pesquisa.

Os fundos de pensão são os gestores do patrimônio gerado por contribuição de empregadores e trabalhadores, com a obrigação de fazê-los crescer com superávits sucessivos, de modo que amplie o estoque de recursos financeiros disponíveis para no futuro manter os benefícios pelos quais os trabalhadores pagaram durante sua vida econômica ativa. Assim, se tornam um dos mais importantes atores do capitalismo contemporâneo, pois são investidores com quantidades significativas de dinheiro obtido a custo zero, à procura de projetos rentáveis.

Os gestores dos fundos atuam de maneira profissional, com grande autonomia e qualificação técnica de sua direção executiva, igualando e muitas vezes superando a eficácia econômica de bancos e empresas financeiras tradicionais e líderes de mercado.

A literatura econômica, os diversos eventos e documentos oficiais das mais proeminentes instituições financeiras internacionais são incisivos na defesa das qualidades dos fundos de pensão para o desenvolvimento do capitalismo: seja como fornecedores de capital a custo baixo, formadores de poupança interna, socializando lucros, democratizando a propriedade, ampliando a governança corporativa, desonerando o orçamento público, etc. . .

Atualmente os fundos de pensão no Brasil têm um peso econômico extremamente importante segundo o *site* da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp); são 379 Fundos de Pensão movendo R\$ 336 bilhões de investimentos 6 milhões de ativos e dependentes. Em recursos financeiros disponíveis há uma clara concentração, na qual os quatorze maiores fundos de pensão do Brasil, dispõem juntos de R\$ 370 bilhões em recursos financeiros (50% do total do setor).<sup>10</sup>

---

10 <<http://www.pnud.org.br/cidadania/reportagens/index.php?id01=2643&lay=cid>>.

As fundações já pagaram aposentadorias e pensões na casa dos R\$ 8,1 bilhões em 2007, para quase 640 mil participantes assistidos. Os valores são aproximadamente cinco vezes superiores aos do INSS, segundo a Abrapp. O número de trabalhadores que contribuem com os fundos é superior a 2,6 milhões. . . se o patrimônio mantiver o avanço de 10% ao ano, como tem acontecido nos últimos 10 anos, o patrimônio dos fundos poderá representar 50% do PIB em 2020. Em países desenvolvidos, o montante de poupança previdenciária está na faixa dos 70% a 80% do PIB.<sup>11</sup>

Obviamente estes não são dados desprezíveis, e são representantes dos trabalhadores que têm gerido estas massas colossais de recursos financeiros, ampliando-os progressivamente na aplicação de projetos rentáveis, e, por sua vez, tendo remuneração, benefícios, poder, em suma, condições concretas nas relações sociais de produção que os igualam a uma parte da elite financeira, o que no entender deste projeto, os torna uma fração da classe dominante, pois mesmo sem obter a propriedade jurídica formal exercem a propriedade real, calcando seu poder na exploração de outros trabalhadores, pois a rentabilidade financeira dos projetos e investimentos vem da exploração dos trabalhadores e realização da mais-valia no mercado.

*Objeto: os cinco maiores fundos de pensão brasileiros*

Objetivo geral: investigar a transformação de representantes dos trabalhadores em fração da classe dominante

Objetivos específicos:

- traçar o histórico, estratégias e táticas utilizadas pelos dirigentes sindicais para chegar a direção dos fundos de pensão,
- mapear a relação entre composição de classe e instrumentos de classe,
- analisar os limites no uso da forma jurídica de propriedade e concorrência intercapitalistas como referenciais para compreender composição da classe dominante, e
- analisar a relação entre os mecanismos e formas organizacionais de luta adotada pelos trabalhadores e a formação das direções políticas.

*Justificativa*

Esperamos poder contribuir com os que buscam uma superação do capitalismo, analisando nos fundos de pensão o que historicamente é um dos maiores fracassos dos trabalhadores em suas lutas, que é a incorpora-

11 <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2007/09/12/ult1913u75744.jhtm> mp>.

ção de suas lideranças e instrumentos de luta nos marcos do capital, não apenas pela cooptação, mas sim pela emergência de “novos dominadores” do interior dos próprios processos de luta. Nas palavras de João Bernardo:

[. . .] desvendar a dialética social do capitalismo, que consiste na possibilidade de reforçar os mecanismos da exploração com elementos gerados no interior do próprio processo de luta contra a exploração (*Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores*, p. 4).

Academicamente uma contribuição desta pesquisa é o resgate dentro da Universidade de um conjunto de pensadores que têm sido esquecidos e marginalizados nos diversos estudos, apontando não apenas sua importância histórica, mas averiguando a atualidade ou não de suas idéias mediante o estudo de um fato contemporâneo significativo, contribuindo assim para a consolidação da Administração Política como campo do conhecimento.

#### *Metodologia*

Será realizada uma pesquisa histórica buscando localizar temporalmente quando os dirigentes sindicais começaram a pautar o controle sobre os fundos de pensão. Isto posto, buscaremos reconstruir esta trajetória histórica das lideranças sindicais nos fundos de pensão até o momento atual. Será privilegiada a análise da relação entre a “base e a direção”, o nível de autonomia dos gestores dos fundos de pensão sobre os trabalhadores, o relacionamento dessa direção com o Estado e partidos de esquerda, a disputa capitalista com as outras frações do capital financeiro. No aspecto econômico, a análise dos efeitos dos investimentos gerenciados pelos fundos de pensão sobre a classe trabalhadora, o impacto real dos benefícios previdenciários e as formas de remuneração dos dirigentes.

Num primeiro momento será realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória, buscando no conhecimento científico disponível estudos que contribuam com os objetivos da pesquisa, em especial sobre o desenvolvimento histórico das lutas sindicais e dos fundos de pensão. Como fontes de informação primária serão utilizados os documentos oficiais dos sindicatos, fundos de pensão, órgãos públicos reguladores e estatísticas do setor. Por fim, serão realizadas entrevistas com lideranças sindicais, dirigentes dos fundos de pensão, trabalhadores que contribuem com os fundos, trabalhadores que recebem benefícios, dirigentes das empresas patrocinadoras, gestores de empresas financeiras concorrentes e gestores públicos dos

órgãos reguladores do setor. Obviamente este é um espectro amplo de possibilidades de entrevistas, as necessidades da pesquisa e possibilidades materiais que irão determinar quais serão efetivamente realizadas.

### Referências

- BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- . *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- . *Democracia totalitária: teoria e prática de uma empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2001
- . *Capital, sindicatos, gestores*, São Paulo: Vértice, 1987
- CLEAVER, Harry. *Leitura política de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GRUN, Roberto. O “nó” dos fundos de pensão. *Novos estudos Cebrap*, n. 73. São Paulo, nov. 2005.
- MAKHAYSKI, Jan Waclav. O socialismo de Estado, in TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- . A ciência socialista, nova religião dos intelectuais, in TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- . A conspiração operária, in TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- . A revolução operária, in TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. S.P.: Martin Claret, 2005.
- MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Guia do participante: acompanhe mais de perto seu fundo de pensão*. Brasília, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica a razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PINHEIRO, Ricardo Pena; PAIXÃO, Leonardo André; CHEDEAK, José Carlos. Regulação dos investimentos nos fundos de pensão: evolução histórica, tendências recentes e desafios regulatórios. *Revista de Previdência da Uerj/ Faculdade Direito/Ceped*, n. 3, set. 2005.
- SOUZA, Paulo Ângelo Carvalho de. *Congresso dos Fundos de Pensão em BH: marco para Minas Gerais e uma agenda para o futuro*. Mensagem da Presidência. <[www.apimecmg.com.br/artigos/611\\_Mensagem%20da%20Presidencia%202020Jun%202007.pdf](http://www.apimecmg.com.br/artigos/611_Mensagem%20da%20Presidencia%202020Jun%202007.pdf)> acessado 10/10/2007 às 16h:55.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1997.
- . *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1989.
- . *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Cortez, 1982.
- . *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- TRONTI, Mario. *Processo de trabalho e estratégias de classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- . *Operários e capital*. São Paulo: Afrontamento, 1971.